

HÁ 50 ANOS, HITLER SUBIA AO PODER

Limeira Tejo

Na Alemanha, nos princípios da terceira década do século, a história de toda a Europa tinha atingido uma passagem de nível. O País se encontrava no olho de um furacão, a braços com uma inflação avassaladora que devorava rendas, salários e até vidas. A produção caiu a zero nos grandes centros industriais, com as fábricas, as minas, as estradas de ferro e os portos ocupados por comitês de operários. O comércio externo baixou a níveis críticos e, como era importada a metade do alimento da população, aumentavam velozmente a carência e a carestia do essencial para viver. Cedo o dinheiro alemão se tornou uma ficção escritural, por não ser possível trocar milhares de notas por uma única unidade dos meios de pagamento dos outros países. Trilhões de marcos, que a especulação internacional havia espalhado por toda a face da terra, acabaram sendo jogados na lata do lixo, de vez que não compravam nem um prego enferrujado. (Chegou-se a dizer que tudo não passou do mais espetacular “calote premeditado” da história das relações monetárias entre os diversos sistemas econômicos do mundo). Nas ruas, multidões fluíam e refluíam em sucessivas e, muitas vezes, violentas manifestações de inconformidade. Um golpe militar foi neutralizado por uma greve geral, não demorando 24 horas no poder. Alarmadas, perguntavam Londres, Paris, Roma e Washington: “para onde irá a Alemanha?”

O dilema

Se a Alemanha não se tornasse comunista — acreditava-se nas capitais dos vencedores da Primeira Guerra Mundial — cairia sob uma ditadura militar. E as consequências seriam desastrosas para os planos de paz da Liga das Nações, qualquer que fosse a ponta do dilema que Berlim viesse a segurar. Posta a Alemanha sob um regime militarista, renasceria o prussianismo, cujos líderes afirmavam (como Hindenburg perante uma comissão parlamentar) que os seus exércitos só foram derrotados porque tinham sido apunhalados pelas costas. Nunca ninguém nomeou os grupos que deram as facadas por trás e, muito menos, explicou como o fizeram. Mas Hitler provou que a lenda se mantinha viva dez anos depois do Armistício de 1918. De outra parte, se a bandeira da Foce e do Martelo viesse a ser hasteada na **Wilhelmstrasse**, os poderes capitalistas perderiam toda a esperança de esmagar a revolução bolchevista. As tropas de Weygand — o general francês que comandava a expedição punitiva contra a Rússia — cairiam numa armadilha fatal. Além disso, nenhum governo no

Ocidente tinha uma retaguarda tranqüila. Os Estados Unidos tinham caído no pânico vermelho que antecedeu os fabulosos anos da Prosperidade. E, na Europa, as grandes massas acreditavam que o sangue derramado tinha sido o preço pago para a construção de uma sociedade menos desigual e não apenas em defesa da pátria.

A luz no fim do túnel

Sem a dramaticidade do “anarquismo” norte-americano — porque apoiados em idéias já amadurecidas — originaram-se na Europa processos de rompimento com a idealística liberal, deflagrados pela criação das novas necessidades sociais que estavam transformando a filosofia da miséria de Proudhon na miséria da filosofia de Marx. Por todo o continente, principalmente na França, os povos viam em Lenine o homem que iniciou a demolição das estruturas sob as quais, desde a Revolução Industrial, “gemia o proletariado”. As potências capitalistas não podiam pensar em expedições punitivas contra uma Alemanha comunista, porque poderiam explodir sublevações na retaguarda. Haveria o perigo de Jaurès ressurgir. E não mais como um pacifista, mas como condutor de multidões que pensavam estar já vendo a luz no fim do túnel, dentro do qual, seguindo os mais velhos raciocínios socialistas, gerações e gerações de trabalhadores tinham sido espoliadas. Mas foram as potências ocidentais que viram a luz no fim do túnel, no qual haviam encerrado as preocupações com o destino da Alemanha. Os sociais-democratas e os comunistas, que haviam juntado forças para a deflagração da greve geral, voltaram a se combater imediatamente depois de terem encostado os militares contra a parede. (Tradicionalmente, as duas correntes esquerdistas odiavam mais uma à outra do que à inimiga comum: a burguesia). Do Kremlin, Lenine apelou dramaticamente, mas em vão, para que os dois partidos continuassem unidos. Até escreveu um pequeno livro condenando o extremismo, apontando-o como “uma doença infantil” do revolucionarismo vermelho.

A Ilha-Coração

Como nenhuma tinha poder de decisão, as duas organizações esquerdistas alemãs entraram numa espécie de guerra de posições. Por sua vez, os militaristas passaram a comportar-se como gatos escaldados receosos de que uma nova intervenção pudesse provocar, outra vez, a união das forças populares. Produziu-se uma situação de calma e as potências ocidentais partiram para o fortalecimento da República de Weimar. A revolução de Lenine, com um espaço de manobra de grande vastidão geográfica, se havia mostrado mais resistente às agressões externas do que a que tinha derrubado a Bastilha. Os estrangeiros militares do Ocidente chegaram à conclusão de que eram inviáveis os ataques frontais à União

Soviética e, então, os políticos decidiram distender um cordão sanitário no flanco ocidental do império comunista a fim de impedir que a sua “peste” se propagasse por uma Europa predisposta ao socialismo. Nesse plano, caberia à Alemanha, já desembaraçada do dilema, o papel de Estado-tampão. Ora, qualquer historiador sabia que não era possível “neutralizar” a Alemanha porque, em primeiro lugar, a geografia não o permitia. Entre o Reno e o Oder está situada o que os geopolíticos definem como **ilha-coração** da Europa. Em segundo, ainda não estava endurecida, ao tempo da República de Weimar, a cola usada por Bismarck na construção do seu Estado unitário. Havia muitas brechas na ligadura do mosaico germânico e, por uma delas, poderia espirrar a besta louca de Nietzsche.

Liberalismo fora de moda

O regime weimariano contrariava a tradição federativa do velho mundo germânico que, até Bismarck, era dividido em Estados autônomos e cuja unidade resultava do consenso dos Grandes Eleitores. E o seu liberalismo não era só “démodé”, desencavado do museu da finada paz burguesa do século XIX, como também incompatível com uma ordem baseada no “socius” e não no indivíduo. (Segundo a velha lei germânica, o indivíduo só tem direito como parte do grupo. E Frederico, o Grande, se dizia um “socialista prático”). Na verdade, o regime de Weimar não passou de uma busca de soluções jurídicas para problemas de grande profundidade social. O Tratado de Versailles, que praticamente o impôs não avaliou a extensão dos danos “históricos” causados à Alemanha por ter sido julgada culpada e não apenas vencida. Também não levou em conta o fato de as fronteiras européias se terem esgarçado e que, portanto, precisariam ser articuladas no quadro de uma comunidade econômica e interrelacionada politicamente dentro de um sistema federativo. A República de Weimar surgiu como forma de concessões a princípios estranhos à ordem germânica, cristalizada num longo processo que é o da evolução da “tribogg”. Assim, foram impostos a uma civilização mágica os interesses das “coisas” dos franceses, ingleses e norte-americanos. Contraditoriamente, foram alargadas as margens da participação política da classe média, mas continuaram de pé as estruturas prussianas da economia cartelizada. (Os vencedores fecharam os olhos ao sistema “oficioso” da produção pesada porque levaria tempo para substituir o poder público pelo mercado, o que interromperia, por longo prazo, o serviço das reparações de guerra.)

Fênix sem asas

Passado o dramático período do dinheiro “a zero” e da agitação pânica, a Alemanha entrou numa fase de convalescença que, no entanto, não passava de uma pausa para a recaída. Havia muita lenha para

ser jogada na fogueira. E a atiçavam grupos de reivindicadores que agiam quase à luz do dia, como os **Freikorps** e Capacetes de Aço. Eram bandos desmobilizados das forças armadas que não tiveram condições de reintegrar-se à vida civil por ser mínima a oferta no mercado de trabalho. Mas traduziam, também, a inconformação de uma sociedade que, com uma economia já nos estágios avançados, viu rebaixados bruscamente os seus padrões de vida. Em várias ocasiões, desde a Guerra dos 30 Anos, a Alemanha demonstrou grande capacidade para ressurgir das cinzas. Daquela vez, porém, o Tratado de Versailles tinha criado mecanismos para fazer com que a Fênix renascesse sem asas. Sob tão pesado constrangimento, entraram em colapso os valores em que se fundamentavam a lei e a ordem. Sob o “manto diáfano da fantasia” da República de Weimar, formou-se um fogo de monturo que explodiria em altas labaredas quando viesse a açoitar o vento da Grande Depressão que circulou o mundo a partir do estouro da Bolsa de Nova York, em 1929.

Estava preparado o terreno para o aparecimento de um líder que, diferentemente dos anárquicos agitadores do tempo da borrasca inflacionária, fosse capaz de “organizar” o descontentamento. Depois do **putsch** da cervejaria de Munique — que poderia ter passado à história como mero incidente numa bebedeira dos sábados — Hitler, cumpridos seis meses de prisão, apresentou-se como “mártir da causa alemã”. Voltou triunfalmente à liberdade e, ao seu lado, à frente da passeata que se organizou, marchou Ludendorff, herói nacional. O glorioso cabo-de-guerra era um prussiano da gema e chefiava a corrente saudosista que pregava a volta dos Hohenzolem ao trono. Conta-se que viu no movimento do “cabo austríaco” o instrumento de que precisava para mobilizar grandes massas no interesse do seu objetivo restauracionista. Mas foi Hitler que acabou usando Ludendorff para se impor à Igreja Católica, aos capitães de indústria e mesmo sensibilizar favoravelmente os governos ocidentais, ainda em pânico diante do Urso Vermelho. Para uso externo, o líder nazista se apresentou como um cruzado contra o império comunista, fazendo a sopa cair no mel de Londres e Paris que, finalmente, poderiam usar a Alemanha como uma faca apontada ao coração de Moscou. E, embora pela doutrina da **Weltanschauung**, Hitler oferecesse aos povos oprimidos uma alternativa para se livrarem da escravidão capitalista sem cair na servidão vermelha, ninguém, nas capitais ocidentais, acreditava que, algum dia, ele viesse a ter poder para isso. Chegando ao poder, deixou de oferecer ao mundo uma oportunidade para escapar às tiranias capitalista e comunista. Lançou as bases da terceira.

Enfim, o poder

Nas primeiras eleições gerais que Hitler disputou e venceu, quase dois terços dos votantes, aterrorizados, não compareceram às urnas.

Hindenburg poderia ter convocado um novo pleito, mas já estava senil e a chefia do Estado era exercida de fato pelo filho Oskar. E este, a mais importante peça palaciana para levar Ludendorff à presidência da República quando o pai morresse, manobrou, vencendo a oposição de todo o gabinete, para colocar o chefe nazista na Chancelaria. No dia 30 de janeiro de 1933, Hitler subia ao poder. Hindenburg morreu logo depois e Ludendorff constatou que nunca tinha passado de simples bagageiro do furriel. O líder nazista se promoveu a Presidente da República e se intitulou de **Fuehrer** — condutor de todo o povo alemão — com poderes muito maiores do que os do absolutista Guilherme II. Os nazistas reocuparam a Renânia, anexaram a Áustria, tiraram um pedaço da Tchecoslováquia e, nas conversações de Munique entre Hitler e Chamberlain, então primeiro-ministro inglês, apaziguaram o Ocidente. O mundo inteiro foi levado a acreditar que as democracias estavam politicamente falidas. Estavam apenas puerilmente certas de que alimentavam a onça para devorar a União Soviética. Para elas, o **Fuehrer** — como Paris — valia uma missa rezada no altar das mais humilhantes concessões. Pagaram o alto preço de uma guerra que durou seis anos, cujos primeiros não foram só de seguidas derrotas militares, mas também de “sangue”, suor e lágrimas”. Só a explosão final da engrenagem montada pelo novo Açoite de Deus o mandaria para o inferno, como ao aprendiz de feiticeiro. Mas não antes de ele ter criado o dele aqui.

(Do “Correio do Povo”, de Porto Alegre, 3/1/1983.)

*